

RESENHA

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo, Contexto, 2007.



João Alves de Castro

Professor emérito, aposentado, da Universidade Católica de Goiás.

Na apresentação do seu trabalho, Ângelo Serpa, professor associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), questiona qual o papel do espaço público na cidade contemporânea? Como esses espaços devem ser definidos na contemporaneidade? Quais as variáveis que devem ser analisadas? Essas análises deverão ser feitas a partir de que teorias e conceitos?

O espaço público é entendido como o lócus da ação política e da possibilidade de realização dessa ação. É analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, inserido na lógica de produção e reprodução do sistema capitalista em escala mundial. Pode ser examinado como um símbolo da reprodução de diferentes idéias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepção na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos. Concluindo, evidencia o papel que deve ter a Geografia para dar respostas a todos esses questionamentos.

O livro está organizado em nove capítulos. No primeiro, intitulado “Acessibilidade”, o autor procura tornar inteligível como o espaço público é apropriado, de uma forma seletiva, em benefício da nova classe média, em cidades como Salvador, São Paulo, Paris. Expõe que a concepção e implantação de novos parques públicos em Paris e Salvador, a partir dos anos 1990, estão subordinados a diretrizes políticas e ideológicas.

Esses parques públicos são construídos em áreas em decadência: residenciais, industriais e comerciais. Estas são recuperadas, surgindo, em seu lugar os parques e conseqüentemente em seu entorno prédios residências de luxo. Tudo isso contempla o anseio da nova classe média.

Os espaços públicos são construídos com requintes para servir o consumismo e homogeneizar as diferenças culturais, mas acabam sendo instrumentos de segregação e de controle social. Construídos, normalmente, em locais distantes das periferias, pela distância, dificultam o acesso e o deslocamento das classes populares. Em síntese: um espaço que deveria ser público, torna-se privatizado e seletivo.

Mas a privatização do espaço público é feita também pelas classes populares e acompanha o “ideal das elites”. Em condomínios construídos para as classes populares, áreas públicas são apossadas para a construção de estacionamentos, muros, quadras para as práticas esportivas dos condôminos, onde a população do entorno não tem acesso, Privatizam as ruas, restringindo-se o movimento de pessoas.

Não é só o espaço construído que é privatizado, mas também as manifestações culturais se mercantilizam nos bairros populares, principalmente as festas populares e as músicas. Em Salvador, bairros que tinham festas populares ligadas a um ritual religioso com o tempo passaram a lucrar com tais eventos, pela possibilidade de diversão que estas proporcionavam. Quanto à música, ocorre a mesma coisa. Antes as músicas executadas tinham um caráter local; agora as executadas nos bairros são também as mais reproduzidas no país.

Espaços também são concebidos e implementados para um tipo específico de público. São os enclaves territoriais no tecido urbano, sofisticados, como os condomínios luxuosos, em determinados bairros de classe média, com áreas de lazer e até *shopping centers*. Esses bairros, condomínios horizontais, são um modo de auto-segregação dos habitantes.

No capítulo “valorização imobiliária”, os parques públicos têm um papel essencial para dinamizar o programa de renovação urbana que revitaliza/requalifica bairros “em crises”, áreas industriais e comerciais decadentes, a exemplo de Paris e Salvador.

Nesse contexto, a construção de grandes parques está inserida em um programa imobiliário fruto da intervenção direta dos poderes públicos, em muitos casos, associados aos empreendedores locais, alterando o perfil populacional e a funcionalidade dos bairros afetados. Essas expulsam para a periferia os antigos habitantes dos bairros. Ideologicamente, os espaços públicos destinam-se a todos os habitantes da cidade e têm como finalidade propiciar uma vida agradável para todos. Mas na realidade, são reservados a um tipo específico de público, no qual os menos favorecidos não estão incluídos.

Quanto aos usuários desses espaços, há uma predominância de profissionais liberais, trabalhadores qualificados com certo nível de estudos em detrimento de comerciantes, operários e de pessoas com pouco nível de instrução. Estes sofrem um outro tipo de exclusão, que é o cultural. Estas atividades oferecidas são, na maioria das vezes, ignoradas pelas classes populares que têm nos seus bairros outras práticas fora do campo de práticas reconhecidas como “culturais”. Assim sendo, as classes médias impõem suas concepções e usos.

O terceiro capítulo intitulado “Visibilidade” é dividido em duas partes: na primeira o autor do livro, juntamente com Francine Deloisy-Barthe analisam os parques públicos como representações do poder e alegorias do tempo na cidade contemporânea: o exemplo é Paris; na segunda parte a participação é apenas de Serpa e versa, também, pela análise dos parques públicos construídos na cidade de Salvador capital baiana.

Na primeira parte, o pressuposto de base é a constatação de que todos os parques públicos representam alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam. O fio condutor para a análise é como o espaço e o tempo atuam simultaneamente nos parques públicos.

As análises perpassam pelos parques como símbolos tanto do poder político como do econômico. Analisam como são apropriados e utilizados pelos usuários, quais os valores simbólicos que estão presentes, como a melhora da qualidade da vida urbana e a evidência da necessidade de um ambiente mais próximo da “natureza”. Em seguida, fazem uma leitura do tempo no espaço. Em Paris, no século XIX, os espaços públicos

foram construídos com a finalidade de “curar” as doenças da classe operária, ensinar como deveriam comportar em público. Nos parques do século XX, o foco está centrado na “natureza”, no “bem-estar”, no “se sentir-se bem”. Alguns parques preservam alguns elementos do passado no presente.

O estudo feito, em Salvador, passa pela necessidade de construir o parque público como modelo de planejamento urbano. Os parques baianos têm algumas similaridades com os de Paris: são para passear e divertir. Contudo, existem diferenças fundamentais nas práticas espaciais dos seus usuários: os baianos têm suas particularidades na apropriação da natureza “urbana”, como suas festas, suas danças, por exemplo.

No capítulo “Turismo e espetacularização”, a óptica está centrada no fato de que cidades tradicionais como Salvador estão sendo transformadas para o consumo turístico. Com a proliferação desigual de equipamentos culturais, as festas e manifestações populares estão se transformando em “festas-mercadoria para o consumo cultural de massa”. Os lucros dessas manifestações culturais, as festas do povo, estão concentrados nas mãos de poucos.

No capítulo “natureza e intersubjetividade”, a preocupação do pesquisador foi saber como as pessoas na cidade de Viena, Áustria, entendem o que vem a ser a natureza. Entrevistou-se em parques, praças, jardins, florestas e áreas de lazer pessoas de várias profissões. O resultado foi que os entrevistados têm da natureza imagens que dificilmente correspondem à realidade e que estão permeadas de subjetividades. Alguns concebem a “natureza” como “natureza pura” ou “intocada”.

O que se procurou com a pesquisa foi construir uma linguagem subjetiva, comum, que possa servir de base para o planejamento urbano, ambiental e paisagístico, que possa auxiliar tanto aos planejadores quanto aos leigos.

No capítulo “Cultura e participação popular”, discute-se o espaço público como palco da ação política, onde pessoas diferentes podem manifestar as suas diferentes culturas. Procura uma idéia de cultura que represente as práticas sociais das classes populares nas cidades contemporâneas, procurando as particularidades dessas manifestações culturais.

Em decorrência do consumo turístico, a paisagem de Salvador está se transformando e está havendo um impacto nas manifestações culturais nos bairros populares. A cultura tornou-se um fator de conflitos de interesses nas sociedades

contemporâneas, pela sua definição, pelo seu controle, pelos benefícios que estas asseguram.

Utilizando-se da noção de “entre-lugar”, examina-se o papel das rádios comunitárias nos bairros populares de Salvador, que têm como objetivo principal prestar serviços aos bairros, sem angariar lucros. Essas rádios ajudam a “levantar a auto-estima das comunidades, com músicas, dicas de cidadania e piadas”. Dessa maneira essas rádios propiciam que a população de baixa renda produza seus programas, suas notícias, etc.

No capítulo “As manifestações da cultura popular”, é analisada a cultura de alguns bairros da cidade de Salvador. Nesses bairros, há uma relação de vizinhança muito intensa em decorrência do isolamento, da falta de oportunidades, da pobreza, o que não acontece nos bairros de classe média, onde as relações entre vizinhos são mais seletivas e pessoais. A religiosidade e as festividades estão interligadas e unem também os vizinhos, Mas a incorporação dos bairros populares da cidade ao processo de produção capitalista produz mudanças, privando os moradores de sua história. A cultura desses moradores vai paulatinamente se desintegrando, na medida em que se tornam mercadorias sociais.

No capítulo intitulado “As representações sociais”, o autor, utilizando-se de diferentes pesquisadores, procura clarificar a apropriação dos termos “percepção” e “cognição”, que são empregados aleatoriamente, tanto por psicólogos como por cientistas sociais. Levando em consideração que percepção e cognição não são a mesma coisa, procura explicitar a adoção de métodos e teorias que dêem conta da complexidade dos processos cognitivos e dos respectivos “espaços de representação”. Esclarece a divisão, na Geografia entre as escolas de pensamento positivista e humanista, isto é, as escolas de base espacial e as humanistas. Sugere que a “Geografia da Percepção” seja abandonada e que se fale de uma Geografia cognitiva para dar conta das complexas estruturas de representação da sociedade, de uma “Geografia das Representações Sociais”. Segundo o autor, O objeto dessa Geografia das Representações Sociais deveria ser, em última instância, o poder de impor uma visão de mundo social por grupos (ou quase-grupos), sua capacidade de gerar identidades e representações sociais. O conceito de *habitus* deve servir de fundamento para a análise dos espaços de representação, dos espaços dos processos cognitivos, juntamente com o de “espaço vivido” e “experiência”.

No capítulo “Digressões”, que significa desvio de rumo ou assunto, a finalidade é ampliar a discussão sobre o espaço público da cidade contemporânea, o autor aborda vários assuntos como: migração, cidadania, liberdade, igualdade, fraternidade e outros assuntos.

Este livro é de inestimável valor, aborda assuntos que são atuais como o processo de revitalização das cidades, a construção de parques públicos que acabam sendo um processo de segregação social; a mercantilização da cultura nos bairros populares e outros temas.